

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – TRANSPORTE DE CORTESIA – ÔNIBUS – MORTE DO CARONA – SERIA PRESUMIDA A CULPA DO TRANSPORTADOR?

Ênio Santarelli Zuliani

Desembargador do TJSP e Professor de Direito Civil

FONTE: Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, nº 36, ago.2005. p. 68-78

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: OS RECURSOS CABÍVEIS: A) DA DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO; B) DA DECISÃO QUE DETERMINA A SUSPENSÃO DO PROCESSO; E C) DA QUE NEGA A SUSPENSÃO

José Barcelos de Souza

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

FONTE: Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal, nº 34, out.nov/2005. p. 57-63

DOCTRINA

ESTATUTO DO IDOSO: EM DIREÇÃO A UMA SOCIEDADE PARA TODAS AS IDADES?

Roberta Pappen da Silva

Advogada e Especialista em Processo Civil pela ULBRA

SUMÁRIO: Introdução – 1. O que ser idoso? – 2. A busca de uma verdadeira cidadania ao idoso – 3. Conclusão – 4. Referências Bibliográficas.

FONTE: Texto extraído do “site” <http://www.jus.com.br/doutrina>

DOCTRINA PENAL

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRISÃO PREVENTIVA

Fernando Tourinho Filho

Professor de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Universidade de Araraquara

FONTE: Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal, n. 34, out.nov/2005. p. 5-17

A SUPRESSÃO DO EXAME CRIMINOLÓGICO COMO(MAIS UM) OBSTÁCULO À EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO PENAL: REVISITANDO O PARADIGMA BEHAVIORISTA

Rodrigo Iennaco

Mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO: 1. A moderna criminologia: uma ciência empírica e transdisciplinar – 2. A vertente psicológica da criminologia; breve nota sobre o comportamentalismo: 2.1 Alguns aspectos da execução penal no Brasil: a supressão do exame criminológico – 3. Conclusão.

FONTE: Revista dos Tribunais, v. 838, ago.2005. p. 446-55

POSSÍVEIS REFLEXOS DA NOVA MAIORIDADE CIVIL NO DIREITO PROCESSUAL PENAL

Daphne Perez Soares

Advogada em Belo Horizonte

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. A maioria no novo Código Civil – 3. Repercussões da nova maioria civil no processo penal – 4. Conclusão – 5. Referências Bibliográficas

FONTE: Texto extraído do “site”: <http://www.jus.com.br/doutrina>

PERSPECTIVAS JUSSOCIOLOGICAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EFETIVA TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E/OU REPRESSÃO PENAL

Ana Lúcia Sabadell

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Saarland (Alemanha)

SUMÁRIO: 1. Problemas de terminologia e definição – 2. Violência e patriarcado – 3. Elementos de definição da violência doméstica: 3.1 Sistemática da violência Doméstica e vitimização da mulher; 3.2 Perspectiva da vítima e definição – 4. Problemas de eficácia das respostas penais à violência doméstica- 5. Violência Doméstica e sistema social – 6. A violência doméstica no sistema penal brasileiro – 7. Sobre a inadequação das respostas penais – 8. Educação para a violência e contra a violência – 9. Bibliografia.

FONTE: Revista dos tribunais, v. 840, out. 2005, p. 429-56.

DOCTRINA CIVIL

A REFORMA DO PROCESSO DE EXECUÇÃO E O PROBLEMA DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ARTIGO 741, PARÁGRAFO ÚNICO)

Humberto Theodoro Júnior

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. Como surgiu o parágrafo único do art. 741 do CPC – 3. A necessidade de reflexão sobre a coisa julgada formada contra a constituição – 4. Efeito negativo da inconstitucionalidade : a invalidade do ato contrário à Constituição – 5. A intangibilidade da coisa julgada e a ordem constitucional – 6. A intangibilidade da coisa julgada é um princípio constitucional? – 7. A lição recente de Cândido Rangel Dinamarco – 8. Inadequação da ação rescisória para solucionar o problema da coisa julgada inconstitucional – 9. O equívoco do anteprojeto – 10. Conclusões.

Fonte: Revista dos Tribunais , v. 841, nov. 2005. p. 56-76

RESPONSABILIDADE DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA POR DANOS DECORRENTES DE DESCARGAS ATMOSFÉRICAS

Márcio Louzada Carpena

Professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. ANEEL, sua finalidade e limites – 3. Inexistência de legislação determinando obrigação de indenizar danos oriundos de força maior (descarga atmosférica) – 4. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público – 5. Responsabilização civil das concessionárias e quebra do equilíbrio contratual – 6. Conclusão.

FONTE: Revista dos Tribunais, v. 841, nov.2005. p. 118-26

RESPONSABILIDADE CIVIL: TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE

Glenda Gonçalves Gondim

Advogada

SUMÁRIO: 1. Introdução - 2. Responsabilidade civil: 2.1 Breves considerações; 2.2 Teorias objetivas; 2.3 Elementos – 3. Dano indenizável : 3.1 Definição e importância; 3.2 Dano certo e atual - 4. Nexo causal : 4.1 Conceito ; 4.2 Teorias; 4.3 Demonstração judicial – 5. Perte d'une chance: 5.1 Histórico; 5.2 Conceito; 5.3 Aplicação no direito pátrio – 6. Situações indenizáveis: 6.1 Introdução; 6.2 Responsabilidade advocatícia; 6.3 Responsabilidade médica – 7. Quantificação: 7.1 Natureza da reparação; 7.2 Apuração do quantum indenizatório – 8. Conclusão – 9. Bibliografia.

FONTE: Revista dos Tribunais, v. 840, out.2005. p. 11-36